

## LEITURA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

## READING: A THEORETICAL APPROACH

José Aroldo da Silva\*

**Resumo:** O trabalho com leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e a formação de escritores, aptos a produzir textos eficazes, tem origem na prática de leitura. O objetivo da leitura é formar cidadãos capazes de compreender diferentes textos com os quais se defrontam, principalmente quando os alunos não têm acesso a bons materiais de leitura e não convivem com adultos leitores, e não participam de práticas em que ler é indispensável. A escola deve oferecer materiais de qualidade para seus educandos, a fim de torná-los leitores proficientes, com práticas de leitura eficazes.

**Palavras-chave:** Leitura. Gêneros textuais. Ensino.

**Abstract:** The work with reading has as its purpose the training of competent readers and the formation of writers, able to produce texts effective, has its origin in the practice of reading. The goal of reading is to train citizens capable of understanding different texts with which they face, especially when the students do not have access to good reading materials and do not coexist with adult readers, and do not participate in practices that reading is essential. The school must offer quality materials for their students, in order to make them proficient readers, with effective reading practices.

**Keywords:** Reading. Textual Genres. Teaching.

---

\*Mestre em Ciências da Sociedade – UEPB. Email: carnoio@ig.com.br

## INTRODUÇÃO

A leitura tem sido amplamente discutida nos meios acadêmicos, uma vez que o processo de alfabetização precede à aprendizagem da escrita. Ler é básico para o progresso na aprendizagem de qualquer assunto, velocidade e fluência são essenciais. Há um processo cíclico na leitura fluente, rápida e eficiente: a criança que lê com desenvoltura se interessa pela leitura e aprenderá mais facilmente, e a criança interessada em aprender se transformará num leitor capaz.

Para situarmos o estudo a ser desenvolvido sobre leitura, é necessário que busquemos a definição deste termo. O ato de ler, para Brandão e Micheletti (2002, p. 9) consiste em:

um processo abrangente e complexo; é um processo de compreensão, de INTELECÇÃO de mundo que envolve uma característica essencial e singular ao homem: a sua capacidade simbólica e de interação com o outro pela mediação de palavras. O ato de ler não pode se caracterizar como uma atividade passiva.

É pelo ato de ler que o homem interage com outros homens por meio da palavra escrita. O leitor é um ser ativo que dá sentido ao texto. A palavra escrita ganha significados a partir da ação do leitor sobre ela. Para Orlandi (2000, p. 11), “Saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente”.

A leitura é um processo de compreensão de mundo que envolve características essenciais singulares do homem, levando sua capacidade simbólica e de interação com outra palavra de mediação marcada no

contexto social. Assim, um texto só se completa com o ato da leitura na medida em que é atualizada a linguística e a temática por um leitor.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, instrumento norteador de apoio às práticas pedagógicas, no tópico *Prática de leitura*, apresenta a seguinte definição para a leitura:

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. (PCN, 2001, p. 53).

Prosseguindo, os PCN afirmam que a leitura “não se trata simplesmente de extrair informações da escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente compreensão na qual os sentidos começam a ser construídos antes da leitura propriamente dita” (*ibidem*). Essa concepção de leitura corrobora com Kleiman, para quem “leitura é um ato social, entre dois sujeitos – leitor e autor – que interagem entre si, obedecendo a objetivos e necessidades socialmente determinados” (1989, p. 10). Portanto, a leitura deve ser entendida como o resultado de sentido. O texto é o resultado de um trabalho anterior do autor e chega até o leitor convidando, desafiando sua importância da leitura. Ler não é, pois, decodificar, traduzir, repetir sentidos dados como prontos, é construir uma sequência de sentidos a partir dos índices que o sentido do autor quis dar a seu texto.

O estudo da leitura leva-nos a percorrer um caminho que vai do estruturalismo às concepções sócio-construtivistas da leitura. As teorias de decodificação, de base estruturalista, concebem o processo da leitura com a decodificação da palavra escrita, ou seja, uma leitura superficial dos textos. Bezerra (2002, p. 7) afirma que estas concepções

Estão na base de propostas de leitura dos textos apresentados nos manuais didáticos, as quais apresentam perguntas sobre informações óbvias, postas no texto; e estão também, ainda, na postura de professores que, por exemplo, solicitam ao aluno leitura oral, com o objetivo único de observar a pronúncia das palavras.

As teorias de decodificação estão em voga no ensino de língua materna no Brasil, pois os livros didáticos apresentam questões sobre os textos propostos que não levam o aluno a pensar sobre o que se pede, pois, geralmente, pela obviedade da pergunta, a resposta é facilmente encontrada pelos alunos. Menegassi e Morais (2002, p. 134) afirmam que “ler não é apenas decodificar, mas interagir com as mais variadas linguagens, compreender as situações pragmáticas implícitas num texto, os recursos linguísticos e estruturais utilizados para atingir o objetivo: a compreensão”.

Contrariando as teorias de decodificação e argumentando em favor de concepções que veem a leitura como um ato que vai muito além do deciframento dos sinais gráficos, Kleiman diz que:

A compreensão de um texto é um processo que se caracteriza pela

utilização de conhecimento prévio: o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe, o conhecimento adquirido ao longo de sua vida. É mediante a interação de diversos níveis de conhecimento, como o conhecimento lingüístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto. (1989, p. 13)

Este processo interativo está relacionado com as teorias cognitivas, que defendem que o significado do texto está na mente do leitor, ampliando, assim, a unidade de estudo sobre a leitura, ou seja, é o leitor quem dá significado ao texto, partindo de um jogo de adivinhações em que levanta hipóteses sobre o texto que está lendo e, a partir dos conhecimentos prévios que possui, busca confirmá-las ou não no texto lido.

As teorias interacionais “consideram a leitura um processo, ao mesmo tempo, perceptivo e cognitivo” (BEZERRA, 2002, p. 8). Esta concepção entende que o ato de ler é que o significado do texto lido depende de uma combinação das informações que se encontram impressas no papel com o conhecimento de mundo que o leitor possui, na interação entre leitor e autor.

A leitura é um processo que se desenvolve a partir de práticas constantes, considerando a diversidade textual que circula na sociedade. Nesta perspectiva se inserem as teorias construtivistas, cujo objetivo é a formação de leitores críticos, capazes de ler, além da escrita impressa nos textos, também ler o mundo, compreendendo a realidade que o cerca.

LEITURA E ENSINO

A leitura na escola tem sido fundamentalmente um objeto de ensino. Para que esta se constitua um objeto de aprendizagem é necessário que tenha sentido para o aluno. Esta atividade deve configurar-se como uma prática social complexa, trabalhando com diversidades de textos e de combinações entre eles, incluindo a leitura de mundo.

O trabalho com leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e a formação de escritores, aptos a produzir textos eficazes, tem origem na prática de leitura. O objetivo da leitura é formar cidadãos capazes de compreender diferentes textos com os quais se defrontam, principalmente quando os alunos não têm acesso a bons materiais de leitura e não convivem com adultos leitores, e não participam de práticas em que ler é indispensável. A escola deve oferecer materiais de qualidade para seus educandos, a fim de torná-los leitores proficientes, com práticas de leitura eficazes.

Bamberg, discutindo a importância de leitura na aprendizagem dos educandos, afirma que “a leitura é uma forma exemplar de aprendizagem. Estudos psicológicos revelaram que o aprimoramento da capacidade de ler também redonda no da capacidade de aprender como um todo, indo muito além da recepção” (1995, p. 10). A leitura deve ser ensinada como conteúdo capaz de interferir na aprendizagem das crianças, uma vez que vai muito além do processo de decodificação dos sinais gráficos. Seu ensino é fator determinante na formação crítica

dos cidadãos. Quem não lê aceita o que os outros dizem como verdade inquestionável, daí ser necessário que se busque no texto os significados que estão implícitos. “A leitura na escola tem sido fundamentalmente um objeto de ensino, para que esta se constitua em um objeto de aprendizagem é necessário que tenha sentido para o aluno” (PCN, 2001, p. 54). A atividade de leitura dentro da prática docente deve compreender-se uma prática social complexa, trabalhando com diversidades de textos e de combinações entre eles, incluindo a leitura de mundo.

Trabalhar com leitura em uma prática que tenha significado para a vida do educando “significa trabalhar com a diversidade de objetivos e modalidades que caracterizam a leitura, ou seja, os diferentes “para quês” – resolver um problema prático, informar-se, divertir-se, estudar, escrever ou revisar o próprio texto” (PCN, 2001, p. 54-55).

Um leitor competente só pode constituir-se mediante uma prática constante de leitura de textos de fato, a partir de um trabalho que se organize em torno da diversidade de texto de leitura infantil para o início, inclusive aqueles que ainda não sabem ler e escrever convencionalmente.

O gosto pelos livros não é algo que apareça de repente na vida da criança. É necessário ajudá-la a descobrir o que eles lhe podem oferecer. Cada livro pode trazer uma ideia nova, ajudar a fazer uma descoberta importante e ampliar o horizonte da criança. Aos poucos, ela ganha intimidade com o objeto livro. Uma coisa é certa: as histórias que os pais e filhos veem juntos formam a base do interesse em aprender a ler e gostar dos livros.

O professor, como facilitador da aprendizagem da leitura, deve procurar conhecer a realidade do aluno para, assim, buscar novas metas que o ajudará a interpretar de forma organizada os conhecimentos que o aprendiz traz consigo para a sala de aula. Porém é partindo dessas iniciativas que o professor criará situações de ensino que possam levar o educando a avançar no processo de construção da leitura, intervindo como mediador diante deste processo.

Para que o professor do Ensino Fundamental possa desenvolver em seus alunos uma boa competência leitora, o gosto e o hábito de ler, é necessário ser um conhecedor de textos infantis, um apaixonado por livros e, acima de tudo, gostar de ler, demonstrando para seus alunos o contato com livros, jornais, chamando a atenção para o mundo letrado em que estão inseridos e promovendo a leitura tanto na sala de aula como fora dela, de outros textos como placas, letreiros, cartazes e etc. Assim, a criança perceberá que a leitura não é algo chato, limitado a escola, mas que está presente em todo o contexto de comunicação.

A maior dificuldade que os professores encontram para executarem a prática docente de leitura, durante o processo de ensino-aprendizagem, está no fato de que a escola prioriza a escrita em detrimento da leitura. Na verdade, a leitura no começo da vida escolar é tão importante quanto a produção livre de um texto.

O aluno, durante a vida escolar, é mais explorado em relação ao que escreve, ficando a leitura um pouco de lado. O que

acontece é que a escola, ao avaliar o aluno, usa a escrita como critério, pois nela é bem mais fácil encontrar o certo e o errado do que na leitura. Nessa situação, a escrita tem poder maior por conta da avaliação escolar.

Segundo Cagliari, “Nessa perspectiva é essencial a vinculação da escola com as questões sociais e com os valores democráticos não só do ponto de vista da seleção e tratamento das leituras como também da própria organização escolar” (2003, p. 48).

Sabemos que o ensino de língua materna é uma determinação das grades curriculares de nossas escolas, portanto, aprender a ler é fundamental para que a criança em processo de alfabetização possa trilhar os caminhos da escrita. Segundo Silva (1985, p. 27):

O acesso a ler significa ter acesso à escola e nela obter os conhecimentos necessários à participação no mundo da escrita. Se a formação do leitor está essencialmente condicionada à escolarização, então “ler” é, por necessidade, submeter-se aos objetivos que a escola tenta atingir através de seus programas e métodos.

A leitura na escola deve se pautar em atividades que permitam ao indivíduo expressar-se criticamente. Sabemos que as crianças que frequentam as Escolas Públicas pertencem à classe financeiramente menos favorecida deste País. Sabemos também que quem tem acesso mais facilmente ao mundo da leitura são os indivíduos que pertencem à classe dos que dominam. Dominar a leitura é condição fundamental para a libertação das pessoas.

Para Silva (*op. cit.*, p. 35), “o dominado não se liberta se ele não vier a dominar

aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação”. Afirma ainda Silva (*op. cit.*, p. 36) que “a democratização da leitura não se desvincula do processo de democratização como um todo”.

Numa perspectiva libertadora, o professor não pode ver as atividades de leitura e produção de texto como elemento para a correção de erros gramaticais e instrumento para colocar uma nota no aluno, dizendo se ele foi aprovado ou reprovado, mas como uma interação entre o discurso do educador e do educando, que sirva como instrumento indispensável para a participação política das pessoas na sociedade.

O aluno, para aprender, precisa transformar-se em sujeito de sua aprendizagem. Daí a necessidade do indivíduo, enquanto parte integrante de um processo, participar ativamente das atividades, com o professor respeitando suas opiniões, interferindo no processo positivamente para facilitar a aprendizagem.

#### GÊNEROS TEXTUAIS

Para realizar o trabalho com leitura é necessário que o professor apresente ao aluno a diversidade de textos que circulam na sociedade. São textos que vão da lista de compra do supermercado até a correspondência eletrônica realizada no computador por e-mail. Em uma sociedade em que a cada dia se requer mais conhecimento, o indivíduo, para exercer plenamente sua cidadania, deve dominar a leitura para poder se inserir nas discussões e transformações constantes da sociedade.

A escola, ainda apegada aos tempos passados, na maioria das vezes, acha mais conve-

niente oferecer aos seus educandos a leitura apenas dos livros didáticos, cheios de ideologias e quase sempre patrocinados pela classe dominante, do que proporcionar o encontro com uma leitura transformadora, a leitura que venha libertar o indivíduo das correntes ideológicas e das amarras do sistema capitalista.

Tratando dos objetivos e das estratégias para o ensino de língua portuguesa, principalmente no segundo ciclo, os Parâmetros Curriculares Nacionais sustentam a necessidade da apresentação dos diversos gêneros discursivos aos alunos, afirmando que:

No que se refere aos aspectos discursivos, amplia-se o trabalho realizado anteriormente e, pela inclusão de novos gêneros de textos, aprofunda-se o tratamento de conteúdos referentes à organização dos elementos específicos desses diferentes gêneros, do tipo de relação que se estabelece entre eles, dos recursos coesivos utilizados, léxico adequado, etc. (PCN, 2001, p. 125-126).

Precisa-se desmistificar a ideia de que a leitura é um bem apenas da classe dominante e que a classe trabalhadora deve adquiri-la apenas para lidar com algumas técnicas voltadas para o trabalho. Querendo mudar essa realidade, o educador deve resgatar, no cotidiano escolar, uma prática de leitura inerente ao discurso das crianças, ou seja, que proporcione meios para que a leitura no espaço da sala de aula seja uma ponte para uma transformação do meio onde estão inseridos, bem como possam ter uma visão mais clara do mundo que ao seu redor.

Os gêneros textuais estão diretamente ligados aos diversos processos sofridos

pelo homem durante vários séculos, relacionados às várias diferenças sócio-culturais, esses gêneros passaram por várias transformações, que acabaram por fim sendo fatores determinantes para a diversidade textual.

Para minimizar as necessidades existentes durante o uso da oralidade, que até então era a única forma de comunicação, o que limitava a vida social, foi necessária a invenção da escrita, que teve por fim sua explosão no período em que a Europa encontrava-se em fase de expansão, o que acarretou inúmeras consequências positivas, resumindo-se a ampliação expressiva dos meios de comunicação.

Esses gêneros são fenômenos mutáveis, o que condiciona o desaparecimento ou o reaparecimento das diversas formas apresentáveis. O aparecimento dos novos tipos de gêneros foi propiciado por uma divulgação maior por meio dos meios de comunicação, tais como TV, rádio, revista, jornal internet, editoriais, notícias, e-mails, aulas virtuais, telegramas, telemensagens.

Segundo Bakhtin (1987), que observou os gêneros textuais tanto na oralidade quanto na escrita, essas novas formas na verdade não passavam do aperfeiçoamento das já existentes, por isso a ideia de novos gêneros e velhas bases.

Vale a pena ressaltar que para se comunicar verbalmente é preciso que exista gênero textual. Conforme afirma Bakhtin (1987) e Bronckart (1999), que levam em consideração os aspectos discursivo e enunciativo, os quais têm como característica básica a informalidade, a língua consistiria em uma forma interativa e funcional. Necessário, então,

incentivar seus alunos à análise, prática e a identificações das características do gênero em cada um desses eventos, não se preocupando com a forma e a estrutura da língua, pois, quando nos comunicamos, falamos uma linguagem social, histórica e cognitiva.

Por isso, o tipo textual é muito claro, pois se trata do aspecto teórico e terminológico, ou seja, ele se classifica pelo conjunto limitado de categorias teóricas, determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal e nomes teóricos dos tipos: narrativas, argumentações, descrição, injunção e exposição.

Também encaixados nos gêneros textuais estão os domínios discursivos, uma forma de aperfeiçoar as atividades humanas, podendo ser um discurso jurídico, jornalístico, religioso etc., que darão origem a vários gêneros.

Mesmo que não muito visível, existem diferenças entre o texto e o discurso, podendo dizer que o texto é a forma materializada em algum gênero textual, enquanto o discurso é a manifestação de alguma ideia ou opinião. Porém alguns livros didáticos ainda confundem e acabam errando ao designar tipo de texto quando na verdade é gênero textual.

Ao escrever algum texto, dependendo de quem for o destinatário, é que definirá o tipo de texto e, assim, sendo apresentados de formas heterogêneas, dando a um gênero dois ou mais tipos.

Werlich (1973) afirmou que é necessário que seja traçado um objetivo, para que não perca a sequência do que será expresso, evitando a fuga ao tema, por meio de bases temáticas e traços linguísticos.

A visão de Bakhtin (1992) em relação aos gêneros textuais expressa-se de forma direta que os mesmos são designados a partir de fenômenos sócio-históricos e culturalmente sensíveis, com função sócio-discursiva. E a visão de Bronckart (1999) é a de que é de extrema importância o domínio do mecanismo fundamental da socialização, para a inserção na prática das atividades comunicativas humanas.

Um gênero, quando apresenta uma outra função, será entendido em uma intertextualidade intergêneros, e quando apresenta vários tipos textuais, configura-se dentro de uma heterogeneidade tipológica.

Os gêneros textuais são designados por modalidades do cotidiano, distribuindo-se em todas as formas e todos os contextos, sendo transmitidos oralmente mais são concebidos na forma escrita e o inverso. Percebe-se a inadequação de normas sociais relativas aos gêneros textuais, portanto, a adequação tipológica deve levar em conta a formação cultural, social e econômica.

São apresentados alguns aspectos para a presença dos diferentes exemplos e das apresentações dos textos, tais como a natureza da informação ou de conteúdo veiculado que é o caráter sócio-cultural, o nível de linguagem, desde o formal até o informal, o tipo de situação em que o gênero se situa, que é o local em que será veiculado; se a relação entre os participantes são conhecidas ou desconhecidas e a natureza dos objetivos das atividades desenvolvidas, podendo sofrer alterações dependendo da finalidade da comunicação.

O professor tem um papel fundamental de incentivar, ou seja, chamar atenção às questões gramaticais e de organização do

texto. A importância de se entender essas questões de linguagem relacionada aos gêneros textuais é essencial, porque isso permitirá conhecer a própria dinâmica da comunicação social no seio de uma comunidade, uma sociedade, pois se trata de um fenômeno construído historicamente e socialmente em cada meio social. Além disso, vivemos numa sociedade em que a comunicação é a mola mestra dos organismos sociais e dos relacionamentos humanos e isto é verificado nos sermões, na liturgia, numa propaganda, numa entrevista, em reuniões, ou seja, em todos os lugares ocupados por seres humanos; em casa, na igreja, na escola, na rua, lojas, na TV, anúncios, repartições públicas, em todos esses ambientes o ser humano está utilizando gêneros textuais os mais variados.

No tocante ao ambiente escolar, o conhecimento e o domínio dos gêneros textuais são imprescindíveis para que o aluno possa entender e identificar os eventos linguísticos e, assim, poder produzir textos a partir das características que cada gênero possui; lembre-se que, numa escola, o discurso do professor é um gênero textual oral falado a partir de um escrito, que pode ser um artigo, um texto jornalístico, uma crônica, um romance literário. Portanto, saber lidar com os gêneros textuais é principalmente saber entender a própria língua e o seu uso no dia a dia, bem como poder transmitir no mundo da linguagem, da comunicação, compreendendo seu teor comunicativo, como foi construído e a quem se destina. Vale salientar que esse conhecimento também significa inter-relacionar os vários gêneros apresentados

e construídos ao longo da história, desde o texto escrito até a TV e a Internet.

O educador, em seu exercício, deve mudar a ideia que há muito tempo esteve e ainda está presente, na maior parte da população, de que a leitura é um instrumento para alcançar melhores condições – subir na vida e estar apto para o mercado de trabalho; muitos veem a leitura com esse único fim, o que os torna pessoas fáceis para os dominantes.

A escola, em seu cotidiano, deve preocupar-se em desenvolver formas de leitura na visão de um mundo real, isto é, oportunizar seus educandos a entrarem em contato com textos significativos e sempre procurando articulá-los com a vida de cada um. O professor, peça fundamental na educação de um povo, não pode acomodar-se e utilizar em seu espaço de trabalho leituras descontextualizadas do dia a dia dos educandos, pois, agindo assim, estará contribuindo para a construção de um povo sem esperança, sem visão crítica e que desvaloriza sua própria cultura.

Tendo consciência de que a leitura é uma ação que pode produzir sentidos para quem a pratica e que o significado não está na mensagem escrita, mas na interpretação que o leitor faz, é de grande importância proporcionar aos alunos o contato com os diferentes tipos de textos, os chamados textos do “mundo”, para que eles possam tornar-se leitores competentes.

Ensinar a nossos educandos a libertarem-se do livro didático e partir para leitura dos diversos gêneros literários é uma tarefa que cabe única e exclusivamente aos educadores. Responsabilidade ainda maior é fazer que o aluno entenda a mensagem que cada

leitura traz, mas sabendo que esta abre um novo mundo pra os educandos. Cabe aos educadores incentivar a prática da leitura, buscando meios para que os educandos compreendam sua importância e aprendam a diferenciar a diversidade textual que existe e o discurso que cada um apresenta.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos precisam ser lidos pelos professores com os olhos da compreensão, levando em consideração os conhecimentos prévios sobre o assunto, objetivos, propostas, jogos de imagens, visão de mundo, conhecimentos linguísticos, classificados como conjunto de fatores ou determinantes, uma vez que sendo diferentes os sujeitos, diferentes são as experiências vividas e as reações em dada situação de interlocução.

Portanto, torna-se cada vez mais evidente que é preciso se preocupar com a qualidade do que se propõe às crianças, para que possam desenvolver com maior competência sua capacidade leitora, bem como seu papel de cidadão; a escolha dos modelos oferecidos é de fundamental importância no resultado de suas produções, pois, para modelos limitados e insuficientes, há produções limitadas e insuficientes.

Que não basta só se preocupar com boas atividades, com técnicas atraentes para transmitir o conteúdo aos alunos e com quantidade de material didático, mas com uma mudança de postura e de repensar a prática pedagógica.

Apesar das discussões em prol de mudanças qualitativas em relação às produções realizadas pelos alunos de maior preocupação quanto à seleção

dos conteúdos a serem trabalhados, das atividades a serem propostas aos alunos, há ainda um grande investimento a ser feito na formação do professor.

Sendo importante ressaltar também que esta pesquisa, sob a luz de diversos autores, veio desencadear uma nova visão sobre como formar leitores proficientes e sujeitos de sua própria história; qual é o fator preponderante para o desinteresse pela leitura e, conseqüentemente, o fracasso escolar e como desenvolve-se a prática da leitura no cotidiano escolar.

Tomando por fonte Paulo Freire, chega-se à consciência de que a aprendizagem sobre qualquer tipo de conhecimento é algo inacabado. Portanto, diante disto, não se pode considerar que esta pesquisa sobre leitura nos coloca num patamar de destaque, mas que é preciso buscar sempre novos conhecimentos por meio de debates, cursos, leituras, pesquisas, observações e reflexões do cotidiano.

#### REFERÊNCIAS

BAMBERG, R. **Como incentivar o hábito de leitura**. 6.ed. São Paulo: Ática, 1995.

BEZERRA, M. A. Visão panorâmica de concepções de leitura. In: **Coletânea de textos didáticos**: componente curricular Leitura e elaboração de textos. Campina Grande: UEPB, 2002.

BRANDÃO, H. H. N. e MICHELETTI, G. Teoria e prática da leitura. In: **Coletânea de textos didáticos**: componente curricular Leitura e elaboração de textos. Campina Grande: UEPB, 2002.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 3.ed. Brasília: MEC, 2001.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. s/p. digitado.

KLEIMAN, Â. **Texto e leitor**. Campinas: Pontes, 1989.

LIBÂNEO, J. C. Novas atitudes docentes. In: **Coletânea de textos didáticos**. Componente curricular Didática. Curso de Pedagogia em Serviço. Campina Grande: UEPB, v. 6, 2002.

MASETTO, M. Planejamento: instrumento de ação educativa. In: \_\_\_\_\_. **Didática**: a aula como centro. 4.ed. São Paulo: FTD, 1997.

MENEGASSI, R. J. Leitura crítica: aspectos da formação e do desenvolvimento do leitor. **Uniletras**. Ponta Grossa: UEPG, n.24, 2002.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PENIN, S. T. S. Refletindo sobre a função social da escola. In: **Coletânea de textos didáticos**. Componente curricular Organização do trabalho e gestão escolar. Curso de Pedagogia em Serviço. Campina Grande: UEPB, v.7, 2002.

PINHEIRO, A. L; MELO, M. M. de. A ação docente. In: **Coletânea de textos didáticos**. Componente curricular prática pedagógica III. Campina Grande: UEPB, 2003.

Recebido para publicação em 20 de ago. de 2013

Aceito para publicação em 30 de dez. de 2013